



# Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 1982

ANO VIII

**4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 119.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)**  
**REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1982**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão e instalado o Período Extraordinário de Sessões da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 9.<sup>a</sup> Legislatura, compreendido entre os dias 20 de dezembro de 1982 a 03 de janeiro de 1983, convocado pelo Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

Mensagens:

MENSAGEM 191/82

EXPEDIENTE

Curitiba, 16 de dezembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, nos termos do § 1.<sup>o</sup>, letra B, da Constituição Estadual, convocar essa augusta Assembléia Legislativa a reunir-se extraordinariamente, por 15 dias, a partir de 20 do corrente mês, para o fim especial de apreciar as seguintes matérias de relevante interesse público:

I — Majoração dos Vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado, conforme anteprojeto de lei que acompanha a anexa Mensagem 192/82.

II — Autorização ao Poder Executivo para, mediante decreto e na forma que especifica, fixar vencimentos do pessoal do Magistério, conforme anteprojeto que acompanha a Mensagem 193/82.

III — Adaptação da Lei n.<sup>o</sup> 5464, de 31 de dezembro de 1966, (Lei Orgânica do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), às normas da Lei Federal n.<sup>o</sup> 7019, de 31 de agosto de 1982, conforme anteprojeto que acompanha a anexa Mensagem 194/82.

IV — Referendo a convênios celebrados pelo Estado e cujas mensagens encontram-se em andamento nessa augusta Casa de

Leis; e,

V — As proposições contidas nas Mensagens números 156/82, de 08/11/82, 171/82, de 25/11/82 e 178/82, de 03/12/82, já encaminhadas a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 172/82

Curitiba, 30 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 25 de outubro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de TAPEJARA, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 173/82

Curitiba, 30 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos adiante mencionados:

Data

Objetivo

- 31/03/81 — Construção das Unidades Frigoríficas em Curitiba, Palmas e Quatiguá;
- 20/03/81 — Fiscalização do comércio de produtos fitossanitários;
- 20/03/81 — Execução de atividades de defesa sanitária animal,
- 24/11/81 — Aditamento ao Convênio de 20/03/81, referente à execução de atividades de defesa sanitária animal,
- 31/03/81 — Execução de atividades de defesa e vigilância fitossanitária;
- 04/12/81 — Aditamento ao Convênio de 31/03/81, referente à defesa e vigilância fitossanitária;
- 22/10/81 — Análise de sementes para fiscalização do comércio internacional, estadual e interestadual,
- 14/04/81 — Apoio às atividades de padronização de produtos vegetais; e,
- 16/02/82 — Realização de provas laboratoriais para diagnóstico de doenças dos animais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero

a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 174/82

Curitiba, 30 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos assemelhados, bem como execução de programas especiais no setor agrícola:

| Município         | Data do convênio |
|-------------------|------------------|
| ASSAÍ             | 13/08/81         |
| CAMPO DO TENENTE  | 25/11/81         |
| FRANCISCO BELTRÃO | 04/12/81         |
| MATELÂNDIA        | 28/09/81         |
| PAULO FRONTIN     | 04/12/81         |
| TIJUCAS DO SUL    | 24/11/81         |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 175/82

Curitiba, 30 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos assemelhados, bem como execução de programas especiais no setor agrícola:

| Município            | N.º e data do convênio |
|----------------------|------------------------|
| ASSAÍ                | 174/82 – 31/08/82      |
| CLEVELÂNDIA          | 140/82 – 30/08/82      |
| COLOMBO              | – – 13/04/82           |
| MATELÂNDIA           | 033/82 – 10/05/82      |
| PIÊN                 | 106/82 – 17/06/82      |
| PLANALTINA DO PARANÁ | 143/82 – 31/08/82      |
| TOLEDO               | 137/82 – 16/08/82      |
| UMUARAMA             | 023/82 – 22/03/82      |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 176/82

Curitiba, 30 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 28 de outubro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de CURITIBA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1.982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 177/82

Curitiba, 30 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do terceiro Termo Aditivo datado de 28 de outubro de 1982, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de RIBEIRÃO CLARO, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras "PROSAFRAS" no exercício de 1.982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 178/82

Curitiba, 03 de dezembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer sanções pelas infringências à Lei n.º 7389, de 12 de novembro de 1980, que estabelece áreas e locais considerados de especial interesse turístico.

Vale ressaltar que a Lei Federal n.º 6513, de 20 de dezembro de 1977, ao dispor sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, estabelecendo normas e diretrizes básicas no plano nacional, facultou aos Estados a normatização dessa matéria, dentro de suas faixas de competência, atendidas as necessidades e peculiaridades regionais.

Assim, a Lei Federal indicou áreas e locais, além de ter estabelecido normas gerais propiciadoras do desenvolvimento turístico, de forma a ensejar o maior afluxo de pessoas e visitação, resguardando lugares dotados de atrativos invulgares. Tal lei, entretanto, deixou de prever sanções pro infringências às regras por ela estabelecidas.

É evidente que a imperatividade da Lei melhor se realiza quando prevê apenações pelo seu não cumprimento, vindo daí a imprescindibilidade de acréscimo à Lei em causa de dispositivo no sentido de permitir a aplicabilidade de penalidades, e, assim, torná-la uma norma atuante, respeitada e cumprida fielmente.

Assim sendo, o projeto ora apresentado contém a previsão

de um acréscimo à referida Lei n.º 7389/80, justamente com a finalidade de, através da permissividade de apenações e de aplicação de normas administrativas pertinentes, tornar seja possível alcançar-se a exequibilidade perfeita e completa do diploma legal em causa, resguardando-se então, de forma efetiva, as áreas de especial interesse turístico, situadas em nosso território.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI 151/82

Art. 1.º — É acrescentado ao artigo 2.º da Lei n.º 7389, de 12 de novembro de 1980, o seguinte parágrafo único:

"Art. 2.º — .....

Parágrafo único. A inobservância das condições baixadas, nos termos deste artigo, sujeitará o infrator às seguintes sanções sem prejuízo de outras estabelecidas em legislação pertinente:

I — advertência, com prazo de 60 (sessenta) dias para regularização, nos casos de primeira infração;

II — multa de 1 (hum) a 100 (cem) vezes o valor de referência aplicável na região, por dia, tendo em vista a gravidade da infração, se não for efetuada a regularização, dentro do prazo estabelecido no item anterior,

III — embargo e/ou demolição".

Art. 2.º — As normas administrativas necessárias ao cumprimento desta lei e da Lei n.º 7389, de 12 de novembro de 1980, assim como a destinação do produto da multa estabelecida pelo artigo anterior, serão especificadas, através decreto a ser baixado pelo Poder Executivo.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 179/82 Curitiba, 03 de dezembro de 1982.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de setembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de ITAMBARACÁ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 180/82 Curitiba, 03 de dezembro de 1982.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 27 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de AGUDOS DO SUL, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 181/82 Curitiba, 03 de dezembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos datados de 18 de outubro de 1982 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de CRUZEIRO DO OESTE, PARANAPOEMA e ENÉAS MARQUES, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 182/82 Curitiba, 03 de dezembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos firmados em 16 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de BARRA DO JACARÉ (n.º 115/82), CONSELHEIRO MAIRINCK (n.º 116/82), CORNÉLIO PROCÓPIO (n.º 131/82), CURIÚVA (n.º 117/82), GUAPIRAMA (n.º 118/82), JAGUAPITÃ (n.º 119/82), JOAQUIM TÁVORA (n.º 120/82), JUNDIAÍ DO SUL (n.º 121/82), PINHALÃO (n.º 122/82), QUATIGUÁ (n.º 123/82), SALTO DO ITARARÉ (n.º 124/82), SANTA AMÉLIA (n.º 125/82), SANTA MARIANA (n.º 126/82), SANTO ANTONIO DA PLATINA (n.º 129/82), SAPOPEMA (n.º 127/82), SIQUEIRA CAMPOS (n.º 128/82) e TOMAZINA (n.º 130/82) a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, para execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982, celebrados com os referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 183/82 Curitiba, 08 de dezembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 15 de setembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de PARANACITY, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 184/82

Curitiba, 08 de dezembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 18 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOP, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a coparticipação em estudos e pesquisas de transportes no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 190/82

Curitiba, 14 de dezembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de UNIFLOR, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 192/82

Curitiba, 16 de dezembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1983, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do

Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis evidencia a permanente preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

Merece destacar que a proposta de majoração levada a exame dessa Assembléia, atingirá não só os vencimentos básicos dos servidores, como também outras vantagens, entre as quais salário família, gratificação de produtividade e as instituídas pela Lei n.º 6.212/71. Serão, também, majoradas as pensões especiais pagas pelo Estado e, em decorrência do aumento de vencimentos, as atribuídas pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI 152/82

Art. 1.º — Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, a partir de 1.º de janeiro de 1983, nos valores constantes dos anexos I e II desta Lei.

Art. 2.º — O valor unitário do salário família, atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3.º da Lei n.º 7540, de 08 de dezembro de 1981, fica fixado em Cr\$ 11.874,00 (onze mil, oitocentos e setenta e quatro cruzeiros).

Art. 4.º — A gratificação de produtividade atribuída pelas Leis n.ºs 6569, de 25 de junho de 1974; 6.593, de 15 de agosto de 1974; 6.641, de 04 de dezembro de 1974; 6.787, de 31 de maio de 1976; 7.066, de 06 de dezembro de 1978; 7.547, de 10 de dezembro de 1981; e 7.622, de 24 de junho de 1982, fica majorada em 38,5% (trinta e oito inteiros e cinco décimos por cento).

Parágrafo único — Os valores de que trata a Tabela II do Anexo V da Lei n.º 7.665, de 28 de outubro de 1982, passam a ser de Cr\$ 38.758,00 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e oito cruzeiros) para os cargos de Técnico de Controle Externo e Médico, e de Cr\$ 33.585,00 (trinta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros) para os cargos de Bibliotecário e Programador de Computador.

Art. 5.º — Os valores a que se refere o art. 13 da Lei n.º 7.540, de 08 de dezembro de 1981, já alterados pelo Decreto n.º 5.525, de 13 de outubro de 1982, ficam majorados no mesmo percentual previsto no "caput" do art. 4.º desta Lei.

Art. 6.º — As disposições desta Lei aplicam-se, no que couber, ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6.212, de 19 de agosto de 1971, incorporada aos proventos dos inativos, fica com o seu valor acrescido do mesmo percentual previsto no "caput" do art. 4.º desta Lei.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

TABELA I

## CARGOS EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO

| NÍVEL | VALOR     |
|-------|-----------|
| 01    | 32.642,00 |
| 02    | 32.642,00 |
| 03    | 32.642,00 |
| 04    | 32.642,00 |
| 05    | 32.642,00 |
| 06    | 32.642,00 |
| 07    | 32.642,00 |
| 08    | 32.642,00 |
| 09    | 32.642,00 |
| 10    | 32.642,00 |
| 11    | 32.642,00 |
| 12    | 32.642,00 |
| 13    | 32.642,00 |
| 14    | 32.642,00 |
| 15    | 32.642,00 |
| 16    | 32.642,00 |
| 17    | 32.642,00 |
| 18    | 32.642,00 |
| 19    | 34.888,00 |
| 20    | 38.248,00 |
| 21    | 41.521,00 |
| 22    | 44.749,00 |
| 23    | 48.060,00 |
| 24    | 51.309,00 |
| 25    | 54.569,00 |
| 26    | 57.867,00 |
| 27    | 61.164,00 |
| 28    | 64.422,00 |
| 29    | 67.682,00 |
| 30    | 71.470,00 |

TABELA II

## POLÍCIA MILITAR

|                           | VALOR      |
|---------------------------|------------|
| Soldo do Posto de Coronel | 123.154,00 |

TABELA III

## COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE

|   |            |
|---|------------|
| a) Agente Fiscal 1, Classe "C", Ref. IV | 94.432,00  |
| b) Diretor da CRE (em Comissão)         | 127.985,00 |

TABELA IV

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

| a) PROCURADORES: | VALOR      |
|------------------|------------|
| CLASSE           |            |
| 1.a              | 228.580,00 |
| 2.a              | 206.098,00 |
| 3.a              | 185.867,00 |
| b) ADVOGADOS:    |            |
| 1.a              | 149.455,00 |
| 2.a              | 134.892,00 |

TABELA V

## ENGENHEIROS

| CLASSE | VALOR      |
|--------|------------|
| 1.a    | 228.580,00 |
| 2.a    | 206.098,00 |
| 3.a    | 185.867,00 |
| 4.a    | 167.664,00 |
| 5.a    | 149.455,00 |

TABELA VI

PODER EXECUTIVO – QUADRO GERAL

a) Vencimentos para 40 horas semanais

VALORES EM CRUZEIROS

| Ref    | 01      | 02      | 03      | 04      | 05      | 06      | 07      | 08      | 09      | 10      | 11      |
|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Padrão |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| A      | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  |
| B      | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 43.521  | 44.429  | 47.138  | 50.008  | 53.055  | 56.288  | 59.718  | 63.355  |
| C      | 43.521  | 43.521  | 44.273  | 46.970  | 49.834  | 52.868  | 56.093  | 59.505  | 63.134  | 66.983  | 71.062  |
| D      | 44.125  | 46.812  | 49.663  | 52.687  | 55.899  | 59.304  | 62.922  | 66.751  | 70.819  | 75.133  | 79.712  |
| E      | 49.494  | 52.511  | 55.707  | 59.103  | 62.704  | 66.524  | 70.575  | 74.877  | 79.439  | 84.280  | 89.413  |
| F      | 55.518  | 58.903  | 62.486  | 66.294  | 70.336  | 74.621  | 79.168  | 83.989  | 89.108  | 94.539  | 100.299 |
| G      | 62.275  | 66.071  | 70.098  | 74.368  | 78.897  | 83.705  | 88.802  | 94.215  | 99.958  | 106.044 | 112.508 |
| H      | 103.195 | 107.675 | 112.347 | 117.224 | 122.312 | 127.619 | 133.158 | 138.938 | 144.967 | 151.259 | 157.824 |
| I      | 124.192 | 129.581 | 135.204 | 141.073 | 147.195 | 153.583 | 160.249 | 167.203 | 174.459 | 182.031 | 189.933 |

## b) Vencimento para 30 horas semanais

## VALORES EM CRUZEIROS

| Ref<br>Padrão | 01     | 02     | 03      | 04      | 05      | 06      | 07      | 08      | 09      | 10      | 11      |
|---------------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| A             | 32.642 | 32.642 | 32.642  | 32.642  | 32.642  | 32.642  | 32.642  | 32.642  | 32.642  | 32.642  | 32.642  |
| B             | 32.642 | 32.642 | 32.642  | 32.642  | 33.322  | 35.355  | 37.506  | 39.791  | 42.215  | 44.790  | 47.517  |
| C             | 32.642 | 32.642 | 33.205  | 35.229  | 37.377  | 39.653  | 42.068  | 44.629  | 47.352  | 50.235  | 53.296  |
| D             | 33.092 | 35.108 | 37.247  | 39.515  | 41.923  | 44.478  | 47.190  | 50.065  | 53.115  | 56.349  | 59.784  |
| E             | 37.121 | 39.382 | 41.780  | 44.328  | 47.028  | 49.893  | 52.933  | 56.158  | 59.580  | 63.210  | 67.059  |
| F             | 41.639 | 44.175 | 46.866  | 49.720  | 52.750  | 55.966  | 59.375  | 62.993  | 66.829  | 70.904  | 75.224  |
| G             | 46.706 | 49.554 | 52.573  | 55.775  | 59.171  | 62.778  | 66.602  | 70.660  | 74.967  | 79.534  | 84.378  |
| H             | 77.398 | 80.757 | 84.263  | 87.918  | 91.734  | 95.716  | 99.868  | 104.203 | 108.725 | 113.444 | 118.370 |
| I             | 93.144 | 97.184 | 101.404 | 105.804 | 110.397 | 115.186 | 120.189 | 125.403 | 130.844 | 136.522 | 142.450 |

## c) Vencimento para 20 horas semanais

## VALORES EM CRUZEIROS

| Ref<br>Padrão | 01     | 02     | 03     | 04     | 05     | 06      | 07      | 08      | 09      | 10      | 11      |
|---------------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| J             | 82.203 | 85.770 | 89.490 | 93.375 | 97.426 | 101.656 | 106.072 | 110.673 | 115.474 | 120.489 | 125.719 |

TABELA VII  
MAGISTÉRIO

VALORES EM CRUZEIROS

| Ref<br>Padrão | 01     | 02     | 03     | 04     | 05     | 06      | 07      | 08      | 09      | 10      | 11      |
|---------------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| PA-1          | 50.605 | 52.123 | 53.687 | 55.298 | 56.957 | 58.666  | 60.426  | 62.239  | 64.106  | 66.030  | 68.010  |
| PB-2          | 54.870 | 56.516 | 58.212 | 59.958 | 61.757 | 63.610  | 65.519  | 67.484  | 69.509  | 71.595  | 73.743  |
| PC-3          | 65.844 | 67.819 | 69.854 | 71.949 | 74.107 | 76.330  | 78.620  | 80.978  | 83.407  | 85.910  | 88.488  |
| PD-4          | 75.719 | 77.991 | 80.330 | 82.740 | 85.223 | 87.780  | 90.413  | 93.125  | 95.920  | 98.796  | 101.760 |
| PE-5          | 87.078 | 89.690 | 92.381 | 95.152 | 98.007 | 100.947 | 103.975 | 107.095 | 110.307 | 113.617 | 117.026 |



TABELA VIII

## MAGISTÉRIO SUPERIOR

| CARGO  | VALOR     |
|--|-----------|
| Instrutor de Ensino Superior                     | 88.223,00 |
| Assistente do Ensino Superior                    | 92.349,00 |
| Professor do Ensino Superior e Professor Titular | 96.676,00 |

TABELA IX

## PROFESSOR DO QUADRO ÚNICO

| CARGO: PROFESSOR                   | VALOR     |
|------------------------------------|-----------|
| LP - Licenciatura Plena — 22 horas | 60.753,00 |
| LP - Licenciatura Plena — 15 horas | 42.643,00 |
| LP - Licenciatura Plena — 10 horas | 32.642,00 |
| LC - Licenciatura Curta — 22 horas | 52.196,00 |
| LC - Licenciatura Curta — 15 horas | 36.809,00 |
| LC - Licenciatura Curta — 10 horas | 32.642,00 |
| NL - Não licenciado — 22 horas     | 43.639,00 |
| NL - Não licenciado — 15 horas     | 33.817,00 |
| NL - Não licenciado — 10 horas     | 32.642,00 |

TABELA X

## CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES EXECUTIVO LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

## a) CARGO EM COMISSÃO:

| SÍMBOLO | VALOR      |
|---------|------------|
| 1-C     | 100.875,00 |
| 2-C     | 93.162,00  |
| 3-C     | 85.999,00  |
| 4-C     | 79.437,00  |
| 5-C     | 73.390,00  |
| 6-C     | 67.800,00  |
| 7-C     | 62.743,00  |
| 8-C     | 58.013,00  |
| 9-C     | 53.710,00  |
| 10-C    | 49.666,00  |
| 11-C    | 46.082,00  |
| 12-C    | 42.643,00  |
| 13-C    | 39.525,00  |
| 14-C    | 36.683,00  |
| 15-C    | 34.079,00  |

## b) DAS:

| SÍMBOLO | VALOR      |
|---------|------------|
| DAS-1   | 238.361,00 |
| DAS-2   | 217.039,00 |
| DAS-3   | 197.667,00 |
| DAS-4   | 173.811,00 |
| DAS-5   | 134.450,00 |

TABELA XI

## FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

| SÍMBOLO | VALOR     |
|---------|-----------|
| 1-F     | 12.917,00 |
| 2-F     | 10.966,00 |
| 3-F     | 9.670,00  |
| 4-F     | 7.762,00  |
| 5-F     | 7.094,00  |
| 6-F     | 5.791,00  |
| 7-F     | 4.497,00  |
| 8-F     | 3.882,00  |
| 9-F     | 3.169,00  |
| 10-F    | 2.573,00  |

TABELA XII

## PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

| NÍVEL | VALOR      |
|-------|------------|
| 1     | 178.874,00 |
| 2     | 163.883,00 |
| 3     | 150.115,00 |
| 4     | 132.161,00 |
| 5     | 121.102,00 |
| 6     | 110.952,00 |
| 7     | 101.361,00 |
| 8     | 93.177,00  |
| 9     | 85.381,00  |
| 10    | 78.237,00  |
| 11    | 71.690,00  |
| 12    | 67.152,00  |
| 13    | 60.196,00  |
| 14    | 55.160,00  |
| 15    | 50.544,00  |
| 16    | 46.314,00  |
| 17    | 42.442,00  |
| 18    | 38.891,00  |

TABELA XIII

## PESSOAL EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO (Antiga Sistemática)

| NÍVEL | VALOR     |
|-------|-----------|
| 01    | 32.642,00 |
| 02    | 32.642,00 |
| 03    | 32.642,00 |
| 04    | 32.642,00 |
| 05    | 32.642,00 |
| 06    | 32.642,00 |
| 07    | 32.642,00 |
| 08    | 32.642,00 |
| 09    | 32.642,00 |
| 10    | 32.642,00 |
| 11    | 32.642,00 |
| 12    | 32.642,00 |
| 13    | 32.642,00 |
| 14    | 32.642,00 |
| 15    | 32.642,00 |
| 16    | 32.642,00 |

| NÍVEL | VALOR     |
|-------|-----------|
| 17    | 35.355,00 |
| 18    | 38.758,00 |
| 19    | 42.112,00 |
| 20    | 45.494,00 |
| 21    | 48.918,00 |
| 22    | 52.341,00 |
| 23    | 55.720,00 |
| 24    | 59.103,00 |
| 25    | 62.441,00 |
| 26    | 65.819,00 |
| 27    | 69.254,00 |
| 28    | 72.638,00 |
| 29    | 76.048,00 |
| 30    | 79.427,00 |

TABELA XIV

PESSOAL EFETIVO DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E DO TRIBUNAL DE CONTAS

| NÍVEL | VALOR      |
|-------|------------|
| 1     | 178.874,00 |
| 2     | 163.883,00 |
| 3     | 150.115,00 |
| 4     | 135.049,00 |
| 5     | 124.071,00 |
| 6     | 114.066,00 |
| 7     | 104.962,00 |
| 8     | 93.177,00  |
| 9     | 85.381,00  |
| 10    | 78.237,00  |
| 11    | 71.690,00  |
| 12    | 67.152,00  |
| 13    | 60.520,00  |
| 14    | 55.160,00  |
| 15    | 50.544,00  |
| 16    | 46.314,00  |
| 17    | 42.442,00  |
| 18    | 38.891,00  |

ANEXO II

TABELA I

## MAGISTRATURA

| CARGO   | VALOR      |
|---|------------|
| Desembargador   | 391.538,00 |
| Juiz do Tribunal de Alçada                              | 371.961,00 |
| Juiz de Entrância Final e<br>Auditor da Justiça Militar | 348.437,00 |
| Juiz de Entrância Intermediária                         | 313.995,00 |
| Juiz de Entrância Inicial                               | 282.971,00 |
| Juiz Substituto   | 255.042,00 |

TABELA II

## TRIBUNAL DE CONTAS

| CARGO                                  | VALOR      |
|--|------------|
| Conselheiro                            | 391.538,00 |
| Auditor                                | 352.736,00 |
| Procurador junto ao Tribunal de Contas | 352.736,00 |

## EM COMISSÃO

|  |            |
|--|------------|
| Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas | 391.538,00 |
|--|------------|

TABELA III

## MINISTÉRIO PÚBLICO

| CARGO                                     | VALOR      |
|---|------------|
| Procurador Geral da Justiça (em comissão) | 391.538,00 |
| Procurador da Justiça                     | 371.961,00 |
| Promotor de Entrância Final               | 348.437,00 |
| Promotor de Entrância Intermediária       | 313.995,00 |
| Promotor de Entrância Inicial             | 282.971,00 |
| Promotor Substituto                       | 255.042,00 |

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 193/82

Curitiba, 16 de dezembro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante decreto, e observadas as limitações orçamentárias, fixar, a partir de 1.º de janeiro de 1983, o vencimento inicial dos integrantes do nível PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, no valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários-mínimos vigentes na referida data. Autoriza, ainda, o restabelecimento das diferenças percentuais entre os vencimentos dos diversos níveis da carreira do magistério, fixadas na tabela VII do anexo I, da Lei nº 7.540, de 08 de dezembro de 1981.

A proposição ora encaminhada a exame dessa augusta Assembléia Legislativa procura em princípio, atender nesta oportunidade, regra de composição de vencimentos, reivindicada pela entidade associativa do pessoal do magistério e, não obstante a aplicação do presente critério, os índices percentuais deverão ficar próximos dos previstos para o aumento geral do funcionalismo.

Certo de que o anteprojeto proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 153/82

Art. 1.º — Por ocasião do reajuste de vencimentos a ser atribuído ao funcionalismo civil e militar do Estado em 1.º de janeiro de 1983, o Poder Executivo fica autorizado a, mediante Decreto e observadas as limitações orçamentárias, fixar o vencimento inicial dos integrantes do nível PA-1 do Quadro Próprio do Magistério no valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários-mínimos vigentes no Estado, na referida data.

Art. 2.<sup>o</sup> — Na mesma ocasião e observadas as mesmas condições referidas no artigo anterior, fica também o Poder Executivo autorizado a restabelecer as diferenças percentuais entre os vencimentos dos diversos níveis da carreira do magistério, fixadas na Tabela VII do Anexo I, da Lei n.º 7.540, de 08 de dezembro de 1981.

Art. 3.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor em 1.<sup>o</sup> de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 194/82

Curitiba, 16 de dezembro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar parcialmente a Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966 (Lei Orgânica do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) para adaptá-la às modificações introduzidas no Código de Processo Civil através da Lei Federal n.º 7.019, de 31 de agosto de 1982.

O elevado significado, necessidade e oportunidade de que é revestida a proposição ora submetida a essa augusta Casa de Leis, estão contidos na inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1.194/82, de 09 de novembro último, firmada pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Adapta as disposições da Lei Estadual n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966 às modificações introduzidas no Código de Processo Civil através da Lei Federal n.º 7.019, de 31 de agosto de 1982.

Art. 1.<sup>o</sup> — Ficam acrescidos ao Artigo 13, da Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966 os seguintes parágrafos:

§ 3.<sup>o</sup> — Quando inexistir sentença homologatória de cálculo e o inventário for processado sob a forma de arrolamento, o imposto será lançado e pago no local, prazo e forma estabelecidos em norma complementar que será expedida nos termos do Art. 52, inciso II da Constituição do Estado do Paraná."

§ 4.<sup>o</sup> — Os procedimentos administrativos concernentes à avaliação, que serão disciplinados em norma complementar, tendentes a apurar a base de cálculo do ITBI, quando não for aceita a estimativa de valor declarada pelo contribuinte, interromperão a fluência do prazo regulamentar de pagamento, reiniciando-se a sua contagem a partir da notificação."

Art. 2.<sup>o</sup> — O Artigo 19, da Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 19 — O imposto é acrescido da multa moratória de 20% (vinte por cento) quando não for pago nos prazos regulamentares".

Art. 3.<sup>o</sup> — O Artigo 21, da Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21 — O procedimento relativo ao lançamento de ofício, será estabelecido em norma complementar, observando-se, no que couber, o rito do processo administrativo-fiscal de instrução contraditória previsto na Lei Orgânica do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias."

Art. 4.<sup>o</sup> — O Artigo 22, da Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966 passa a vigor com a seguinte redação.

Art. 22 — Aplica-se ao imposto de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos a atualização monetária e o juro de mora, não capitalizável, de 1% (um por cento)

ao mês ou sua fração.

§ 1.<sup>o</sup> — Serão observados em relação ao ITBI os mesmos coeficientes utilizados para a atualização monetária do imposto a que se refere o inciso II, do Artigo 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2.<sup>o</sup> — Considerar-se-á termo inicial para o cálculo da correção monetária e dos juros de mora o mês subsequente ao em que expirar o prazo de pagamento.

§ 3.<sup>o</sup> — Tratando-se de transmissões "causa mortis" a base de cálculo prevista no Art. 10 poderá ser monetariamente atualizada na ocasião do pagamento do ITBI (Art. 97, § 2.<sup>o</sup> do Código Tributário Nacional), em substituição ao critério corrente de estipulação do valor venal ao tempo da avaliação.

§ 4.<sup>o</sup> — Tomar-se-á para base de cálculo das multas o valor do imposto monetariamente corrigido."

Art. 5.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.<sup>o</sup> — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ofício n.º 1.194/82 — Gab.

Curitiba, 09 de novembro de 1982.

Sr. Governador:

Tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 7.019, de 31 de agosto de 1982 (DOU n.º 167, de 01.09.82) que retirou da esfera do Poder Judiciário a apreciação do rito processual de arrolamento (artigos 1.031 a 1.038 do Código de Processo Civil) de qualquer questão relativa ao ITBI e considerando que a ausência de fixação de prazo para pagamento desse tributo poderia trazer prejuízos aos herdeiros e legatários, em decorrência da impossibilidade de registro dos formais de partilha no Registro de Imóveis, à vista do disposto no Art. 289 da Lei Federal n.º 6.015, de 31.12.73 e considerando, ainda, o que preceitua no Art. 25 da Lei Estadual n.º 5.464, de 31.12.66 (Lei Orgânica do ITBI), resolvi expedir a Instrução 765/82 (DOE n.º 1.402, de 26.10.82).

2. Nessa norma complementar foi fixado, assim, o prazo de trinta (30) dias, contados da data da sentença de homologação ou de julgamento da partilha, processada no rito de arrolamento, para o pagamento do ITBI devido pelos herdeiros e/ou legatários.

3. Nesse mesmo instrumento tributário (Instrução n.º 765/82), foi indicada a forma de apuração da base de cálculo do ITBI (Artigos 10 e 16 da Lei 5.464/66—, considerando que, pelas circunstâncias já assinaladas, foram suprimidas as fases de avaliação judiciária dos bens e do cálculo do tributo (trinta dias após a sentença de homologação do cálculo se escoo o prazo de pagamento previsto no "caput" do Art. 13 da Lei 5.464/66, agora só aplicável nos casos de inventário).

4. A matéria tributária normativa estadual, necessária a adaptar o direito novo (Lei Federal 7.019/82), situada fora do campo de abrangência do princípio da reserva legal foi, dessa forma, inserida na mencionada Instrução SEFI 765/82.

5. Dúvida não há, entretanto, de que se fazem necessárias algumas alterações na Lei de regência do ITBI para que, atendendo ao referido princípio da reserva legal, se possa completar a adaptação da legislação tributária local às aludidas modificações introduzidas, recentemente, no Código de Processo Civil.

6. Nesse sentido e com esse propósito, pois, estamos encaminhando ao crivo de Vossa Excelência o incluso esboço de lei.

7. No trabalho de compatibilização legal da Lei n.º 7.019/82 com a legislação tributária estadual foram colhidas oportunas sugestões de pessoas e órgãos alheios à SEFI, especialmente do Instituto de Direito Tributário do Paraná.

8. Considerando de saliente interesse, incorporamos nesta exposição de motivos a seguinte parte do Relatório contido no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, oferecido ao Projeto de Lei n.º 3.355 A/80, do Poder Executivo (originário da MENSAGEM 310/80), que originou a Lei 7.019/82 (cf. Diá-

rio do Congresso Nacional de 11.03.82 p. 664 a 667):

... "Idêntica preocupação motivou o estabelecimento das normas do art. 1.034 e seus parágrafos que tratam dos aspectos fiscais atinentes ao arrolamento e à transmissão da propriedade de bens "mortis causa".

Os princípios jurídicos inerentes ao direito tributário sofreram grande evolução, principalmente, depois da Emenda Constitucional nº 18, de 1966, e do Código Tributário Nacional, bem como das posteriores modificações constitucionais nº 1, de 1969. Até hoje, todavia, permanece a praxe de se realizar, no processo judicial do inventário, atos relativos à fixação do "quantum" do imposto sobre a transmissão da propriedade de bens imóveis (ITBI).

Não mais se justifica, nos dias atuais, a manutenção dessa praxe. A Constituição da República (Emenda Constitucional nº 1/67) outorgou aos Estados a competência para instituir e cobrar o ITBI, fosse ele incidente nos atos "inter vivos", fosse ele devido nas transmissões "causa mortis".

Como consequência necessária dessa previsão constitucional, decorre a circunstância de caber, exclusiva ou privativamente, ao Estado a competência para legislar sobre este tributo. Vale dizer que cabe à Lei Estadual, com o respeito à Lei Constitucional e às normas gerais de direito tributário, editar regras para definir as hipóteses de incidência, fixar a base de cálculo e a alíquota, identificar o contribuinte ou responsável e, ainda, estabelecer a forma de cobrança. Isto é, o procedimento relativo ao lançamento do tributo, prazos de pagamento e dos demais elementos integrantes da estrutura do imposto, em todos os seus aspectos.

Assim, se o imposto é estadual, não pode a União legislar sobre ele, salvo nos casos excepcionais previstos na Constituição, os quais se restringem à edição de lei complementar para o estabelecimento de normas gerais para regular as limitações do poder de tributar, para dirimir conflitos de competência tributária ou, ainda, para outorgar isenções, nos casos de relevante interesse econômico nacional (Cf. Const. da Rep., arts. 18, § 1.º e 19, § 2.º).

Fixadas na lei as regras normativas, definidoras da estrutura do imposto, cabe à autoridade administrativa aplicá-las na prática ou em concreto. Nesse mister, se realiza o procedimento denominado lançamento tributário, que constitui o crédito da mesma natureza e que, segundo o art. 142 do Código Tributário Nacional, é de competência privativa da autoridade administrativa.

Entretanto, o Código de Processo Civil — lei de União, própria para regular em todo o território nacional o procedimento junto aos órgãos judicantes — disciplinou o inventário "causa mortis" e nele se inseriram normas concernentes ao cálculo do ITBI, dando ao juiz competência para homologação do mesmo. Face a essas regras, a autoridade administrativa perde toda a sua autonomia, no exercício do lançamento que se segue à homologação judicial do valor do imposto restando-lhe, apenas, a execução mecânica da tarefa de formalizar o lançamento de acordo com as determinações contidas na referida decisão judicial.

Não é razoável que assim seja. A cada Estado deve ser assegurada a autonomia tributária em sua forma plena, observado o balizamento constitucional. Por outro lado, a autoridade administrativa, nos limites da lei tributária, deve ser livre para executar o lançamento dos tributos, cuja cobrança lhe compete privativamente, sem o controle prévio da máquina judicial que deve, sim, existir, mas em fase posterior, quando eventualmente se questionar sobre a legitimidade ou legalidade do lançamento tributário, na forma apropriada.

Assim, não se deve debater ou discutir qualquer questão relativa à incidência, lançamento e pagamento do ITBI, como incidente processual, do processo judicial.

Pelas mesmas razões, no exercício de sua atividade lança-

dora, que lhe é privativa, não está a autoridade exatora adstrita aos valores dos bens do espólio, estimados pelas partes, para fins de partilha ou adjudicação, no arrolamento. O Estado, independentemente do que ocorre no processo judicial, dispõe de meios legais e materiais para, no âmbito administrativo, realizar o lançamento constituidor do crédito tributário de que é credor, promovendo atos de cobrança, inclusive pela via executiva própria para a cobrança da Dívida Ativa, regulada pela Lei nº 6.830, de 1980.

Esta solução, ao mesmo tempo que favorece o Estado, simplifica muito o inventário judicial, pois elimina atos dispensáveis para as partes, sem perda ou prejuízo para os interesses do fisco que já tem proteção suficiente, pelas garantias e privilégios atribuídos aos créditos tributários.

Além disso, os contribuintes do ITBI também ficarão beneficiados: primeiro, porque poderão pagar o imposto, sem ter de arcar com os pesados custos da avaliação dos bens imóveis da herança, a qual, para fins de partilha, é totalmente desnecessária face ao acordo de todos, segundo, porque o pagamento do tributo pode ser feito de forma muito mais rápida, eis que o Estado dispõe de meios para efetuar o lançamento tributário em curtíssimos espaços de tempo, à semelhança do que ocorre nos casos de transmissão imobiliária "inter vivos", (doações, extinções de condomínio e outros atos semelhantes); e, terceiro, porque poderão dispor, administrativamente de todos os remédios e recursos previstos na legislação tributária para, eventualmente, impugnar a legitimidade do lançamento realizado, o que não ocorre no regime atual em que o tributo tem seu cálculo homologado no inventário, com supressão de todos estes recursos defensivos assegurados aos contribuintes de quaisquer tributos." ...

... "Por fim, convém esclarecer que não existe antinomia entre as regras do art. 1.031, "in fine", e do art. 1.034, uma vez que a primeira subordinada a homologação da partilha ou da adjudicação a prova de quitação dos tributos incidentes sobre os bens do espólio ou sobre suas rendas, o que não é o caso do ITBI, nem da taxa judiciária.

Segundo o disposto no art. 35, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, "nas transmissões "causa mortis", ocorrem tantos fatos geradores distintos, quantos sejam os herdeiros ou legatários". Com isso, o Código identificou, não o espólio, mas os herdeiros ou legatários adquirentes como sendo os contribuintes do imposto (segundo opinião dominante na doutrina, a faculdade de escolha do contribuinte, constante do art. 42 do CTN, não se aplica às transmissões "causa mortis", pois o espólio não pode ser considerado parte na operação tributada referida nesse preceito legal (Aliomar Baleeiro). "Direito Tributário Brasileiro", 3a. edição, pág. 166, e Antônio Nicácio, "Coment. ao CTN" — Ed. Jurídica, vol. 2, pág. 66).

Se contribuintes são os herdeiros e legatários e se há tantos fatos geradores distintos quantos forem aqueles, certo é que o espólio nada tem a ver com a dívida relativa a este tributo. A responsabilidade pelo seu pagamento é individual de cada herdeiro e limitada ao imposto incidente exclusivamente sobre a transmissão dos imóveis recebidos em seu quinhão hereditário. Por isto, o ITBI não incide nem sobre os bens do espólio, nem sobre as rendas deste e somente estes últimos impostos impedem, em caso de débito, a prolação de sentença homologatória de partilhas ou adjudicações, tal como determina o art. 192 do Código Tributário Nacional, "verbis":

"Art. 192. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida, sem prova de quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas."

Assim, o art. 1.031 do substituto mantém a exigência do art. 192 do Código Tributário Nacional, para a homologação da partilha ou adjudicação e, ao mesmo tempo, sem qualquer antinomia ou contradição, o art. 1.034 exclui do processo de inventário o conhecimento e a apreciação de questões relativas

ao lançamento, arrecadação e pagamento do ITBI, da responsabilidade, não do espólio, mas dos herdeiros individualmente.

Ainda que a partilha ou adjudicação sejam homologadas, continuará o Estado, como credor do ITBI, perfeitamente garantido, pois, de um lado, poderá exigir o pagamento do tributo como requisito ou condição para o registro da partilha do Registro Geral de Imóveis, e, de outro, disporá da quantia maior, constituída por todos os bens dos herdeiros que respondem pela dívida, isto é, não só aqueles que forem partilhados, como também todos os demais que eles já possuírem ou vierem a adquirir".

9. No incluso antepiano de lei foram colocadas, de forma geral, as normas atinentes aos juros de mora e à correção monetária, de maneira a resguardar o interesse público em relação à inobservância dos prazos regulamentares de pagamento, agora necessariamente diversificados em relação aos inventários e aos arrolamentos.

10. Na expectativa de que o anexo esboço de lei mereça aprovação prévia de Vossa Excelência, para que seja, a seguir, acompanhado de mensagem, enviado ao Poder Legislativo, renovo protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

(a) EDSON NEVES GUIMARÃES

Secretário de Estado das Finanças

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o n.º DTL/162/82, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei sob o seguinte número:

122/82: DO PODER EXECUTIVO que autoriza o Poder Executivo a emitir e a colocar no mercado, através da Secretaria de Estado das Finanças, obrigações do Tesouro do Estado do Paraná Tipo Reajustável — ORTE-PR, obedecidos os requisitos fixados pela Legislação Federal, o qual convertido em Lei tomou o número 7.673.— **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o n.º 578/82, do Sr. HOMERO MORINOBU OGUIDO, Presidente da Câmara Municipal de Londrina, encaminhando manifesto de integral apoio à Campanha Nacional em Defesa do Ensino Público e Gratuito, instituída por iniciativa da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), na União Nacional dos Estudantes (UNE), da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), com o objetivo de conscientizar a opinião pública e os governantes de que a educação é uma necessidade básica da população, sendo que o referido movimento merece o apoio de todos os brasileiros, por seus fins sociais e patrióticos.— **Ao conhecimento da Casa.**

## REQUERIMENTO:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação de todas as matérias arroladas para serem apreciadas no presente período de Convocação Extraordinária.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## PROJETO DE LEI:

### PROJETO DE LEI N.º 155/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Mafra e Rio Negro, com sede na cidade de Mafra - Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, é uma instituição que embora tenha sede na cidade de Mafra, exerce suas atividades e propugna a defesa e os interesses da comunidade comercial da cidade de Rio Negro, conforme os preceitos estatutários que a regem.

O seu campo de atividade abrange os municípios de Mafra e Rio Negro, cidades co-irmãs, proporcionando o perfeito enlace na defesa dos interesses municipais, na área comercial em prol de um maior desenvolvimento nas relações entre aquelas comunidades, conforme se depreende do minucioso relatório que segue anexo.

A documentação que juntamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação estadual que regula o instituto da utilidade pública em nosso Estado. Cabe, ainda, salientar que a referida entidade já é reconhecida de utilidade pública pelo Município de Rio Negro, através da Lei Municipal n.º 364, de 29/06/82.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muita satisfação que, hoje, uso o Pequeno Expediente, para um destaque, para que fique registrado nos Anais desta Casa: lemos na "Gazeta do Povo", — "Gente Nossa em alto destaque internacional", referindo-se ao Dr. Gerson Nemes, Chefe de Serviço Médico, desta Casa.

Sentimo-nos honrados em ver eleito, em São Paulo, como Delegado Regional, pelo Paraná, no Colégio Internacional de Cirurgiões, o Dr. Gerson Nemes.

Gostaria de, em nome de nossa Bancada, congratular com o Dr. Gerson Nemes, por esse destaque que se faz à sua pessoa, com essa eleição, e dizer também que esta Casa e a nossa Bancada, sente-se lisonjeada, sente-se também enaltecida, em ter em nosso meio uma figura do gabarito do Dr. Gerson Nemes.

Nossas congratulações, aqui desta tribuna e nosso registro de parabenização.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara. (Declina).

Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Consulto à Liderança do PDS. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para as matérias a serem apreciadas no período de convocação extraordinária.

Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 77 a 103/82, de 105 a 108/82, de 110 a 115/82, de 117/82 a 133/82. Levanta-se a sessão.